



SENADO FEDERAL
Gabinete Senadora Teresa Leitão

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio de ciclo de audiências, com formato a definir.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON);
- representante do Conselho Nacional de Educação (CNE);
- representante da Comissão Permanente de Educação (Copeduc);
- representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- representante da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União (SECEX/TCU);
- representante da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME);
- representante do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FONCEDE);
- representante da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO);
- representante do Instituto de Referência Negra Peregum;



- representante do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI);
- representante do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC);
- representante da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ);
- representante da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES);
- representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (BRASIL EDUCAÇÃO);
- representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES);
- representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB);
- representante da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC);
- representante da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM);
- representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- representante da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP);
- representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF);
- representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-FEDERAÇÃO);



- representante da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE);
- representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED);
- representante Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE);
- representante do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR);
- representante da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA);
- representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC);
- representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB);
- representante do Movimento Todos Pela Educação;
- representante da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES);
- representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- representante Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES);
- representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE);
- representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- representante da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (ABREDUC);
- representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG);
- representante dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil (FÓRUNS EJA BRASIL);



- representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- representante das Representações do "SISTEMA S";
- representante da Associação Nacional de História (ANPUH);
- representante do Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais dos Programas Pibid e Residência Pedagógica (FORPIBID-RP);
- representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);
- representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN);
- representante do Fórum Nacional de Educação (FNE);
- representante da Secretaria de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino (SASE);
- representante da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (ABRAÇA);
- representante do Conselho Brasileiro para a Superlotação (CONBRASD).

JUSTIFICAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (2024-2034) está sendo encaminhado ao Congresso Nacional na forma de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, em sintonia com o disposto no art. 214 da Constituição Federal e no art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A tramitação da referida proposição terá início na Câmara dos Deputados, mas o Senado Federal pode e deve iniciar e aprofundar o debate acerca do novo PNE, dado seu caráter estratégico para a superação dos desafios educacionais e consequentemente para a superação dos desafios nacionais, uma vez que o desenvolvimento nacional pressupõe investimentos substantivos em educação de qualidade.



Na apresentação do PNE para o decênio 2024-2034, o Ministério da Educação apresentou um breve balanço dos indicadores do PNE 2014-2024, cuja vigência expirou no último dia 26 de junho, ressaltando que o nível de alcance médio dos indicadores foi de 76,6%, mas também que 9 dos 53 indicadores que permitem o cálculo do nível de alcance apresentam nível médio de alcance inferior a 50%.

A Meta 20 do PNE 2014-2024, em nível de exemplo, foi praticamente revogada pelo arcabouço fiscal instituído pela EC 95/2016 (teto de gastos), de modo que se faz necessário conceber o novo PNE como um pilar estratégico de um projeto de desenvolvimento nacional, tornando exequíveis as metas relativas aos investimentos públicos em educação.

Nossa intenção, portanto, é promover esse importante ciclo de debates, amplo, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, uma vez que a importância da temática reivindica a escuta atenta de gestores, profissionais da educação, estudantes, pesquisadores/as e entidades educacionais.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)

